

João Carlos Canuto<sup>1</sup>

RESUMO: O movimento de Desenvolvimento Sustentável, que angariou um grande consenso nos últimos anos, surgiu unindo atores sociais bastante diversos em seus interesses. A dimensão ecológica serviu de amálgama para esse consenso. Entretanto, uma questão permanece não resolvida: a equidade social. O Desenvolvimento, tomado como crescimento econômico e acumulação privada, é a própria causa e razão das desigualdades sociais. O movimento de Desenvolvimento Sustentável, sem se despojar dos princípios e métodos capitalistas, propõe eliminar, não só os desequilíbrios ecológicos, como também os sociais. Mas uma análise mais acurada mostra seu verdadeiro caráter, onde os recursos naturais são vistos como fatores de produção e a sustentabilidade tão somente como manifestação técnica. Os pressupostos dessa abordagem são que o meio ambiente é valorizado enquanto recurso econômico e a Sociedade encontra o seu equilíbrio pelas leis do mercado.

---

<sup>1</sup> Pesquisador, Engenheiro Agrônomo, Mestre em Extensão Rural Área de Sócio-Economia do Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental - CNPMA/EMBRAPA, CEP 13.820-000 - Jaguariúna - SP, tel. (0192) 671721.

## Introdução

Sustentabilidade econômica é entendida aqui como a continuidade da atividade econômica, em dois níveis: a, pelo aspecto mais técnico, constituído pela base de conhecimentos de corte ecológico aplicáveis à produção capitalista e b, por uma forma especial de sustentação política, produzida pela luta rumo ao estabelecimento de um imaginário social favorável à essa mesma forma de produção.

Praticamente todos os discursos conceituais sobre Desenvolvimento Sustentável pressupõem ou incluem expressamente a dimensão social, caracterizada na idéia central de equidade. A questão da equidade, aliás, já era parte da grande polêmica sobre modelos de desenvolvimento, antes da era da sustentabilidade. Hoje, os mais importantes documentos das Nações Unidas, tanto quanto as declarações de empresas privadas, não diferem muito quanto à inclusão do "fator social" em seus enunciados.

Nesse momento, poderia ocorrer a pergunta: o que permite, ou proporciona, o ressurgimento da questão da equidade, ainda mais, discursada pelos mais diferentes e adversos atores sociais? A análise desses discursos, não podendo ser apenas documental, leva à necessidade de entender o contexto em que os diversos atores estão inseridos, seus comprometimentos políticos e suas estratégias econômicas e retóricas.

O objetivo desse artigo é refletir, de modo inicial, sobre essas questões, ainda sem um grande número de respostas empíricas, mas esperando levantar hipóteses úteis à investigação.

## Sustentabilidade como utopia histórica

A utopia da sustentabilidade sócio-ambiental, no seu sentido radical, representa algo aparentemente inatingível para os padrões ideológicos dominantes na sociedade de hoje. Entretanto, as utopias dirigem o curso da História. Não há um movimento concreto de transformação que antes não tenha sido uma distante utopia. A sustentabilidade fundamentada na igualdade social e no respeito à natureza é um sonho alimentado pelos movimentos políticos e ambientalistas comprometidos com a mudança.

Hoje, há uma verdadeira polêmica sobre o que seja a modernidade. De qualquer forma, se quiser representar o avanço para um mundo melhor, ela não pode prescindir da busca à equidade e de relações menos agressivas entre os homens, e entre eles e a natureza.

A noção de sustentabilidade tem raízes na ecologia, enquanto ciência biológica. Os movimentos ambientalistas, que nasceram com inspiração quase estritamente ecológica, incorporaram depois uma expressão mais larga. Para eles, o que chamamos sustentabilidade, já por princípio, integra a dimensão social à ecológica. Esta integração obrigatória, numa posição claramente ecopolítica, coloca o questionamento do próprio modo capitalista de produção, como responsável tanto pela degradação ambiental como pela social. A preocupação de fundo é a própria

sustentação da vida no planeta para as futuras gerações. Somente relações mais fraternas permitirão isso, porque a equidade e a justiça social, assim como as nossas relações com a natureza, dependem de uma postura de compromisso profundo com uma nova ética.

### Sustentabilidade na prática econômica

Na prática dos agentes econômicos, a sustentabilidade sofreu pelo menos duas redefinições, ambas de superfície. Uma primeira foi a incorporação seletiva de alguns comportamentos técnicos de corte ecológico. A outra constou da reelaboração da retórica dominante, correspondente, em parte, àquela prática, e em outra, por construções puramente discursivas.

A questão da equidade parece encontrar-se justamente na porção mais discursiva da nova retórica, na parte mais desligada de ações transformadoras concretas.

Como foi dito, o capital selecionou aspectos ecológicos que, tanto na sua implementação enquanto "técnicas", quanto na sua manifestação ideológica, tem em comum uma linha condutora: valoriza-se o meio ambiente como conjunto de recursos naturais. Já o termo recurso informa a idéia de produção e de mercado. De uma forma, digamos, menos avisada, quase todos os discursos fazem essa redução. E ao fundo dela está que o meio ambiente deve ser pensado enquanto expressão econômica e que ao mercado cabe orientar a sociedade e os tais recursos. Desse modo, a orientação

dominante passa a ser a da sustentabilidade técnica dos recursos naturais, vistos como fatores de produção.

Como foi mencionado, as mudanças não foram somente ao nível do discurso. Algumas práticas reais foram colocadas em curso. Assim, a mudança em certos comportamentos práticos, assumindo posturas técnicas menos agressivas ao meio ambiente é uma tendência do capital hoje. Vale então saber porque isso ocorre. É que, aos poucos, os agentes econômicos também começam a perceber que a intensidade da exploração dos recursos naturais coloca em jogo a próprio futuro das suas atividades. A exaustão impede a continuidade da exploração econômica: a perda de qualidade dos recursos pela degradação encarece os sistemas de produção industriais ou agrícolas. Configura-se a necessidade, assim,, ainda dentro da racionalidade capitalista, de incorporar certas práticas de manejo dos recursos de modo a conservar a sua capacidade de gerar mercadorias ao longo do tempo.

Tendo claro que as mudanças estruturais nas relações econômicas não são o foco principal da atenção, e os desequilíbrios sócio-ambientais continuam a ser importantes efeitos da ação do capital, as críticas contundentes ao modelo estão também na ordem do dia. Os movimentos sociais e ambientalistas colocaram sistematicamente à tona esses impactos negativos do sistema. A insistência desses questionamentos gerou um grau crescente de deslegitimação. O capital, que se legitimava pela eficácia e excelência dos seus produtos, pela geração de empregos e pela pretensa satisfação das necessidades vitais da

população, passou a ter que preocupar-se com a degradação ambiental e a miséria denunciadas, agora em plena era da mídia eletrônica. O sistema dominante (incluindo desde empresas a organismos estatais) viu-se forçado a dar respostas a essa pressão. Estas, excetuadas algumas de ordem operacional localizadas, tendem a configurar-se tão somente como respostas retóricas.

No que se mostra mais crucial, a prática permanece a mesma, qual seja, a acumulação privada monopolista e a expropriação dos trabalhadores. A equidade real não tem lugar nesse modelo. Ao contrário, sua ausência é condição básica para o desenvolvimento da lógica do capital, ainda que este capital contenha nuances ecológicas.

O surgimento da discussão sobre a sustentabilidade teve origem nos movimentos organizados, os quais, na verdade, questionavam toda a estrutura das relações sócio-econômicas, tanto quanto das ecológicas. No entanto, na prática, houve um profundo reducionismo: os capitais continuaram, já que é de sua essência, a operar pela expropriação, mas selecionaram do repertório original do ambientalismo tanto alguns princípios técnicos quanto as bases de um novo discurso. O capital, ao tomar de empréstimo parcelas do ecológico, na verdade subtraíu-as do movimento ambientalista e as transformou em outra coisa: a expropriação, agora suavizada em sua cor verde.